

ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES RURAIS ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO: (DES) ARTICULAÇÃO NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Social organization in rural communities affected by mining:
(dis) articulation to access public policies*

Samanta Borges Pereira
Carlos Alberto Máximo Pimenta
Tayrine Parreira Brito
Viviane Guimarães Pereira
Gabriela Belleze

ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES RURAIS ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO: (DES) ARTICULAÇÃO NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Social organization in rural communities affected by mining: (dis) articulation to
access public policies*

*Samanta Borges Pereira
Carlos Alberto Máximo Pimenta
Tayrine Parreira Brito
Viviane Guimarães Pereira
Gabriela Belleze*

Resumo: Este artigo tem por objetivo compreender a atuação das organizações sociais presentes em região atingida pela mineração em Minas Gerais e o seu papel no fortalecimento dos agricultores e acesso às políticas públicas. A metodologia envolveu coleta de dados secundários do Censo Agropecuário 2006 e pesquisa de campo em duas frentes: os agentes de desenvolvimento locais e as famílias agricultoras. As análises foram feitas a partir da atuação histórica das organizações sociais – STR, CMDR e Associações – e a realidade encontrada nos três municípios. Os resultados apontaram para a limitação do papel do sindicato no acesso aos benefícios sociais, inexistência de participação nos conselhos e associações frágeis e personalizadas na figura do presidente.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Organização social; Região atingida pela mineração; Agricultura Familiar.

Resumen: This research aims to understand the performance of social organizations present in a region affected by mining in Minas Gerais and its role in strengthening little farmers and their access to public policies. The methodology involved the collection of secondary data from the 2006 Census of Agriculture and field research on two fronts: local development agents and farming families. The analyzes were made based on the historical performance of social organizations - STR, CMDR and Associations - and the reality found in the region. The results pointed to the limitation of the union in the retirements, lack of participation in the councils and fragile and personalized associations in the figure of the president.

Palabras clave: Rural development. Social Organization; Region affected by mining; Family farming.

JEL: O13; Q18; Q56; R11; R58.

INTRODUÇÃO

Este artigo circunscreve-se ao tema da organização social dos agricultores e agricultoras familiares como forma de fortalecimento das comunidades no enfrentamento das dificuldades presentes no espaço rural¹.

A pesquisa de campo englobou os municípios de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim, região atingida pela mineração. Tendo em vista que o processo de destruição inerente à implantação da mineradora exige estratégias de minimização dos desmantelamentos sociais, econômicos e ambientais resultantes, o fortalecimento das organizações representativas pode contribuir no enfrentamento dos desafios contra o empreendimento, que vem agravando suas condições de produção material e reprodução social.

Diante do quadro de fragilidade no qual a região se encontra, a pergunta que norteia essa pesquisa refere-se à existência de organizações sociais e formas associativas e a solidez e representatividade dessas organizações nas reivindicações de luta e resistência, na formação do espírito coletivo, no acesso às políticas públicas e em favor do desenvolvimento rural.

Portanto, o objetivo é compreender a atuação das diversas formas de organização social presente nos municípios atingidos pela mineração após a incursão da empresa *Anglo American* e seu papel no fortalecimento dos agricultores e acesso às políticas públicas.

METODOLOGIA

Previamente à pesquisa de campo foi realizada a coleta de dados secundários do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006. Os dados do Censo preencheram uma lacuna de inexistência de números oficiais da agricultura familiar no país até 2006 e trouxe luzes para sua importância, potencial e limitações, pois a demanda por informações quantitativas sobre o tema era antes suprida somente por trabalhos acadêmicos e científicos. O estudo contribuiu com a viabilidade de delimitar a agricultura familiar através de dados estatísticos, possibilitando construir uma nova agenda de trabalho e políticas públicas de desenvolvimento rural.

Foram apresentados na forma de tabela os dados referentes ao percentual de produtores familiares associados à cooperativas e/ou entidade de classe e o número de estabelecimentos da agricultura familiar que obtiveram PRONAF e valor dos financiamentos. Os dados oferecem um panorama geral da organização social da agricultura familiar na região, mas não substituem a necessidade de aprofundamentos, realizados na pesquisa de campo.

Alerta-se para o fato de que os dados do Censo foram obtidos antes do início do Processo de Licenciamento Ambiental do Projeto Minas-Rio na região, iniciado em

¹ Resultado parcial do projeto 23088011772201544 registrado na Diretoria de Pesquisa e Inovação, da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Itajubá, com apoio financeiro da Cáritas Brasileira – regional Minas Gerais. Para relatório completo, ver “Autor” (2016).

setembro de 2007, indicando que pode haver números significativamente diferentes, não exclusivamente em função da execução do empreendimento, mas também pela dinâmica de transformação da agricultura familiar. Isso permite vislumbra

+r estudo comparativo futuro, por meio dos resultados do próximo Censo, realizado a cada 10 anos, analisando, a partir dos dados estatísticos oficiais, os impactos, em termos numéricos, do empreendimento na região.

Cabe ainda ressaltar que apesar dos dados estatísticos apresentarem aspectos gerais de cada município, eles são insuficientes para a compreensão da complexa realidade do rural, marcada pela reciprocidade entre o agricultor e a natureza, que não se expressa apenas nas relações técnicas, mas também em princípios morais e simbolismos, numa espécie de diálogo com a terra. Embora apresente relevante importância para a produção de alimentos, para a geração de ocupações e renda, para a sustentabilidade e o desenvolvimento, o agricultor é, antes de tudo, um sujeito marcado por essa complexidade.

Os dados da pesquisa de campo foram coletados sob duas perspectivas: (1) os agentes locais e (2) os (as) agricultores familiares. As entrevistas realizadas com o grupo (1) – utilizando questionários semiestruturados – ocorreram entre os dias 03 e 05 de novembro de 2015. A pesquisa de campo demandou a visita nos três municípios atingidos pelo empreendimento minerário. Foram entrevistados todos os secretários municipais de agricultura, bem como técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Foi abordada a participação das instituições na organização produtiva.

Os (as) agricultores (as) familiares foram entrevistados entre os dias 15 e 17 de dezembro de 2015 e 22 e 24 de fevereiro de 2016. Foram realizadas 55 entrevistas, em 31 comunidades rurais, divididas em 19 regiões. Foi abordada a participação dos agricultores em associações e/ou cooperativas, presença no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A escolha das comunidades se deu em reunião realizada em Conceição do Mato Dentro, com a presença dos agentes de desenvolvimento local que contribuíram na indicação das comunidades, levando em consideração as regiões de maior: *integração produtiva*, caracterizada por agricultores que possuem canais de venda com o comércio e os diversos mercados existentes; *produtividade*, representando as unidades familiares de agricultores com maior produção; *unidades familiares*, com concentração de agricultores familiares em atividade; *impacto com a presença da mineração*, compostas pelas comunidades que sofrem com os efeitos da exploração da atividade minerária.

A primeira etapa de aplicação dos questionários junto às famílias agricultoras correspondeu à fase-teste do instrumento de coleta. A coleta dos dados foi realizada em 12 comunidades de Conceição do Mato Dentro: Água Quente, Capitão Felizardo, Costa Sena, Cubas, Goiabeiras, Itacolomi, Paraoninhas, Passa Sete, Rio Preto, Sapo, Tabuleiro e Três Barras, totalizando 17 entrevistas.

A segunda etapa de entrevistas aconteceu em fevereiro de 2016, quando 38 famílias foram entrevistadas. Em Alvorada de Minas foram visitadas 07 comunidades, quais sejam: Descoberto, Fazenda da Ponte, Lapinha, Maria, Morro dos Monteiros, Ribeirão Santana e Ribeirão de Tráz, totalizando 11 entrevistas. Em Conceição do Mato Dentro

foram visitadas mais 06 comunidades, quais sejam Brejaúba, Córregos, Ouro Fino, Santo Antônio do Cruzeiro, Socorro e Tapera, totalizando 14 entrevistas. Em Dom Joaquim foram visitadas outras 06 comunidades, quais sejam: Machado, Quilombo Cachoeira, São João, São João da Ilha, Serra e Sesmária, totalizando 13 entrevistas.

Caracterização geoeconômica e impactos da mineração

O município de Alvorada de Minas possui 3.546 habitantes e 374,01 km², com uma densidade demográfica de 9,48 habitantes por km², sendo o município com a menor população total e maior população rural proporcional, dentre os municípios pesquisados. O total da população rural é de 2.096 habitantes, o que corresponde a 59% da população total (IBGE, 2010).

O município pertenceu à cidade do Serro até 1962 e atualmente é constituído de 02 distritos: Alvorada e Itapanhoacanga. A povoação originária do município surgiu a partir dos bandeirantes à procura de ouro e pedras preciosas às margens do Rio do Peixe. A mineração atraiu novos moradores que depois voltaram sua atenção às lavouras e criação de gado, desenvolvendo-se o povoamento. (IBGE, 2010).

Conceição do Mato Dentro é o município mais populoso dos três, com 17.914 habitantes, e também de maior extensão territorial, com 1.726,83 km². O total da população rural é de 5.640 habitantes, o que corresponde a 31,48% (IBGE, 2010). A região de Conceição do Mato Dentro é conhecida tanto pelo seu patrimônio histórico-cultural, como pela sua biodiversidade.

Dom Joaquim possui população aproximada de 4.656 habitantes, extensão territorial, de 398,82 km² e densidade demográfica de 11,37 hab/km². O total da população rural é de 1.613 habitantes, o que corresponde a 35% da população total (IBGE, 2010). Destaca-se sua produção agroecológica, suas características naturais e históricas e potencial turístico.

A região em estudo viveu e ainda vive os problemas e conflitos inerentes às regiões exploradas pela atividade minerária: racionamento de água, aumento da violência, compras ilegais de terra, alterações na lógica cotidiana das famílias agricultoras, medo de rompimento da barragem de rejeitos, sentimento de desânimo das comunidades. A figura 1 exibe a região em estudo e localiza a mina em relação aos limites dos municípios.

A pesquisa de Belleze (2017) relata o caso das comunidades de Bom Jesus e Descoberto, em Alvorada de Minas. Elas estão envolvidas por terras adquiridas pela mineradora, para cumprir as medidas compensatórias estabelecidas no licenciamento ambiental. As medidas ambientais que deveriam contrabalançar os impactos socioambientais provocados na região vieram para intensificar os problemas e interferir severamente no cotidiano dessas famílias que hoje são impedidas de pegar madeiras para cercas e reparos nas casas, bambus e lenha, já que essas estão nas terras pertencentes à mineradora.

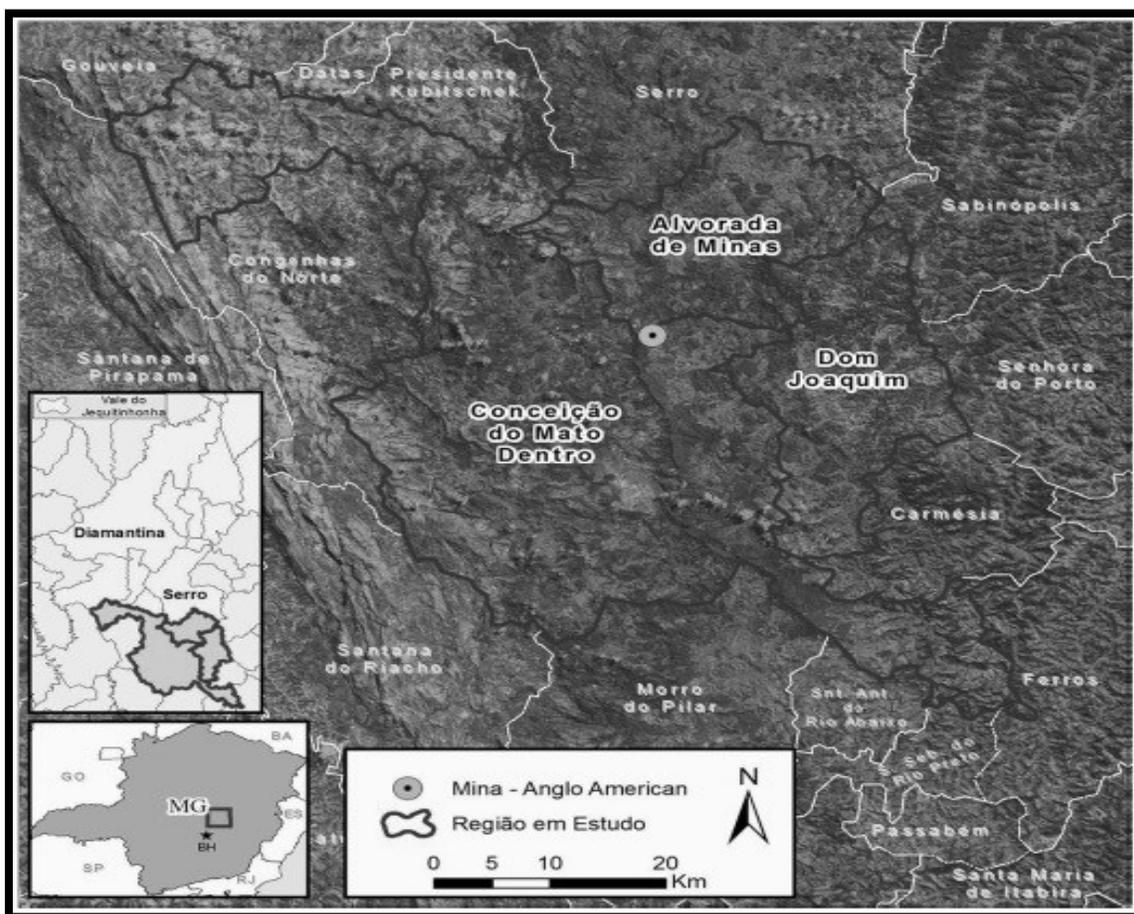


Figura 1: mapa da região estudada
Fonte: elaborada pelos autores (2016)

O medo do rompimento da barragem de rejeitos paira dia e noite na vida das famílias agricultoras residentes em Água Quente, localizada a jusante da barragem da *Anglo*, após o crime ambiental ocorrido em Mariana – MG². Cabe lembrar que esta comunidade de Mariana estava localizada a 6 quilômetros abaixo da barragem, enquanto a comunidade de Água Quente, em Conceição do Mato Dentro, localiza-se a 2 quilômetros abaixo da barragem. Naturalmente a sensação de insegurança nesta comunidade, por saberem do risco existente de rompimento da barragem (BELLEZE, 2017).

Em entrevista realizada em Conceição do Mato Dentro, um agricultor nos informa sobre a quantidade de agricultores que, seduzidos pelos valores oferecidos pela mineradora para comprar suas terras, voluntariamente venderam-nas para abrir algum pequeno negócio na cidade, como pousadas ou restaurantes. A cidade esteve muito movimentada quando da implantação da mina, por empresários direta ou indiretamente ligados ao empreendimento, o que estimulava a economia local, lotando pousadas e

² Crime ambiental ocorrido em novembro de 2015 quando uma comunidade rural foi soterrada pela lama das mineradoras Samarco, Vale S.A. e BHP Billiton.

restaurantes. Contudo, o alvoroço inicial já vem diminuindo e aqueles que desfizeram de suas terras na esperança de uma vida mais confortável na cidade, agora se veem sem os recursos advindos de seus pequenos negócios, mas sem a terra para uma produção que lhes garanta ao menos sua alimentação.

Os agricultores moradores próximos à mina relatam sobre o findar das águas e o surgimento das casas de prostituição em suas comunidades. Os moradores não participam mais das festas locais tradicionais, que foram invadidas por pessoas externas da comunidade que arrumavam brigas. Um agricultor nos conta que “o povo não quer mais festejar, só ficam se lamentando o dia todo. Antes tinha os rios, agora não tem nada”.

Cientes do desequilíbrio de forças existentes entre os grandes empreendimentos e as famílias agricultoras, direta ou indiretamente atingidas, acredita-se na organização e na formação político-cidadã dos agricultores e agricultoras, como estratégia de resistência e luta por direitos e por uma vida digna. Atuando em região atingida pela mineração, a Comissão Pastoral da Terra de Senhor do Bonfim, Bahia, dá exemplo de um verdadeiro projeto de desenvolvimento:

Na contramão deste contexto hegemônico de exclusão, opressão e degradação ambiental, as comunidades, as organizações populares e os movimentos sociais da luta pela terra resistem com práticas alternativas de convivência com o semiárido, de saúde holística, de formação política, de geração de renda por meio da Economia Solidária, no planejamento e desenvolvimento de práticas agroecológicas, na preservação do ambiente natural e no fortalecimento das culturas tradicionais, o que denota a existência de outro projeto societal, mais justo e sustentável, em construção que precisa ser qualificado, promovido e apoiado (CPT/Bonfim, p. 72, 2012).

Compreender o papel das organizações sociais no desenvolvimento rural nos ajuda a entender a atuação ou não das organizações estudadas e seu papel na luta pelos direitos do homem do campo. As análises e resultados das entrevistas realizadas junto aos agentes de desenvolvimento e famílias agricultoras serão apresentadas na próxima sessão.

A organização social e a (des) articulação com as políticas públicas

Nas duas últimas décadas, a elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural vem incorporando a noção de capital social em suas concepções, enxergando os atores sociais como agentes das políticas, estimulando processos endógenos, que fortaleçam a gestão social, dinamizando a sociedade e a economia e melhorando a qualidade de vida das populações rurais. Segundo Klock Filho, Godoi e Marini (2016, p. 87) “a organização social pode se constituir num caminho estratégico mais seguro para as mudanças, pois as dificuldades e o sucesso são compartilhados”.

Com objetivos múltiplos e integrais, estabelecendo mecanismos institucionais, as políticas públicas para o desenvolvimento rural têm buscado a participação e a formulação de soluções a partir da base. No trabalho desenvolvido por Rippel, Alves e Plein (2018) os autores descreveram a importância das organizações sociais, inclusive com a participação da igreja católica, na construção do cooperativismo da agricultura familiar leitera do Sudoeste do Paraná, onde os agricultores conseguiram melhor preço com o poder de barganha conquistado pelo cooperativismo.

Os estudos de Sandi e Silva (2005) sobre as parcerias na construção do processo democrático apontam para os espaços de participação;

A emergência de Movimentos e Instituições da sociedade civil e a criação de programas no âmbito do Estado, com maior expressão nas duas últimas décadas, dão sinais de uma nova era para o setor rural no que se refere a possibilidades de inclusão. São atores que atuam em áreas limitadas, mas que vão se articulando, formando parcerias, ampliando cada vez mais o espaço de participação através de ações de qualificação técnica, formação política e educação para a cidadania (SANDI; SILVA, 2005, p. 75).

O desenvolvimento do associativismo e cooperativismo são instrumentos de construção de formas articuladas, no que tange à organização dos agricultores familiares no acesso às políticas públicas voltadas a esse setor. O processo de elaboração das políticas públicas das décadas recentes tem dado relevância para a formação de organizações associativas (TOLEDO; AMADEO; NORA, 2014).

A tabela 01 apresenta o percentual de estabelecimentos agropecuários familiares da região em estudo cujo produtor está associado a algum tipo de organização social como as cooperativas ou as entidades de classe.

A leitura dos dados nos mostra que os produtores não associados a entidades de classe ou cooperativas está bem acima da média nacional e estadual. Dom Joaquim é o município que figura com menor proporção de produtores associados a alguma entidade de classe ou cooperativa, sendo o percentual de não associados correspondente a 96%. A maioria dos produtores de Conceição do Mato Dentro também não está organizada nem associada à cooperativas e entidades de classe.

Tabela 01: Produtor associado à cooperativa e/ou entidade de classe (percentual)

Brasil, Estado e Município	Cooperativa	Entidade de classe (STRs, associações, movimentos)	Não é associado
Brasil	5,5	31,9	58,9
Minas Gerais	9,4	27,4	61,3
Municípios em estudo	4,6	7,9	86,4
Conceição do Mato Dentro	1,7	10,1	88,2
Alvorada de Minas	10,1	11,5	75,0
Dom Joaquim	2,0	2,0	95,9

Fonte: IBGE (2006) – Censo Agropecuário

Apenas Alvorada de Minas se destaca com o maior número de produtores familiares associados à cooperativa, correspondendo a 10,1% do total, o que supera os índices nacional e estadual. O município tem forte relação com a produção de leite e queijo o que pode ajudar a explicar o índice. Contudo, na pesquisa de campo, essa forma de associação não foi percebida entre as famílias entrevistadas, ou seja, nenhuma família entrevistada pertencia a alguma cooperativa.

A tabela 02 apresenta os dados sobre os recursos provenientes de programas governamentais de crédito, especificamente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O programa financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária e está vinculado à Secretaria da Agricultura Familiar - MDA.

O PRONAF surgiu como resultado da articulação e mobilização dos movimentos sociais e dos movimentos sindicais de trabalhadores rurais pela luta por terra e por políticas agrícolas específicas. A princípio foi administrado pelo Ministério da Agricultura, e posteriormente associado ao MDA, criado em 1999. O programa visa, segundo seu próprio manual, o fortalecimento da agricultura familiar através do apoio técnico e financeiro, gerando emprego e renda nas áreas rurais.

Tabela 02: Número de estabelecimentos da agricultura familiar que obtiveram PRONAF e valor dos financiamentos.

Brasil, Estado e Município	Número de estabelecimentos que obtiveram financiamento (Percentual)	Valor médio dos financiamentos (R\$)
Brasil	21,1%	23.276,71
Minas Gerais	21,1%	21.383,14
Municípios em estudo	9,9%	8.548,70
Conceição do Mato Dentro	10,8%	6.129,63
Alvorada de Minas	8,8%	8.230,77
Dom Joaquim	4,8%	11.285,71

Fonte: IBGE (2006) – Censo Agropecuário

Os dados da tabela 02 mostram que a região em estudo encontra-se bem abaixo da média nacional e estadual com relação ao número de estabelecimentos que obtiveram financiamento. O município que obteve menor financiamento foi Dom Joaquim, com menos de 5% de estabelecimentos beneficiados pelo programa. O município de Conceição do Mato Dentro, que obteve o maior percentual de estabelecimentos beneficiados (10,8%) ainda está bem abaixo das médias do estado e do país, que é de 21,1% em ambos, ou seja, quase o dobro do percentual da região.

Os dados mostram ainda que o valor médio dos financiamentos obtidos na região foi bastante inferior à média estadual e nacional. O município com a maior média de valor financiado foi Dom Joaquim, aquele com menor número de estabelecimentos participantes do programa. O menor valor médio de financiamento foi encontrado em Conceição do Mato Dentro, em torno de R\$ 6 mil reais por estabelecimento.

O programa tem importância histórica no campo das políticas públicas para o desenvolvimento rural. Sua implantação colocou o agricultor familiar no centro das pautas do segmento rural:

A partir do momento em que surge uma política pública, como o PRONAF, que elege como protagonista principal a agricultura familiar, percebe-se um indicativo

de mudança, mesmo que ainda fortemente só no discurso, na orientação das políticas até então voltadas para o meio rural [...]. Trata-se de uma política pública que tem como finalidade expressa promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, através do apoio ao aumento de sua capacidade produtiva, à geração de emprego e à melhoria da renda e qualidade de vida das famílias (MOURA, 2007, p. 242 e 243).

Dentre as quatro linhas de ação do PRONAF – PRONAF infraestrutura, PRONAF crédito, PRONAF capacitação e negociação de políticas públicas voltadas ao setor – três delas (a exceção do PRONAF crédito) estão articuladas para que o recurso seja acessado a partir de organizações dos agricultores e sua efetiva participação nas decisões voltadas à agricultura familiar (MOURA, 2007).

Para acesso ao PRONAF infraestrutura é necessária a elaboração do PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural aprovado pelo CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Os beneficiários do PRONAF capacitação são os agricultores familiares e suas organizações, além de técnicos que participam da elaboração, execução e monitoramento PMDR. Seu objetivo é proporcionar conhecimentos e técnicas de produção, comercialização, disseminação de experiências e capacitá-los para o exercício da cidadania. A negociação de políticas voltadas ao setor tem o CMDR como o principal espaço para a discussão das demandas e para a elaboração de políticas públicas voltadas à agricultura familiar (MOURA, 2007). Percebe-se, pois que houve um cuidado na formulação do programa de vinculá-lo à participação popular.

Apesar disso – a despeito de outras críticas realizadas ao programa – a ausência de ação do poder público para dar início ao movimento de transformação social provoca a estagnação das organizações, já que para que o processo se retroalimente é preciso dar um primeiro passo – responsabilidade do poder público local. O baixo acesso ao PRONAF pelos agricultores da região pode ser decorrente da ausência de organização e articulação local. Se o recurso não é acessado, não há mobilização para a capacitação das lideranças, não há formação técnico-político-cidadã, não há consolidação dos conselhos, não se cria condições para acesso seguro ao crédito, não ocorre melhorias em infraestruturas tampouco nas condições de produção e comercialização, desacreditando qualquer possibilidade de avanço.

A pesquisa de campo mostrou relações de organização ainda mais frágeis e a existência apenas formal do CMDR, não funcionando na prática. Além disso, não foi mencionada a participação em cooperativas por nenhum dos agricultores entrevistados, a atuação dos sindicatos é insuficiente e as associações ainda estão se fortalecendo. A situação aponta para a necessidade de fortalecimento das comunidades em formas associativas e colaborativas através da formação e organização das comunidades para a defesa do meio ambiente e de seus territórios, resultado semelhante ao apontado no relatório da CPT/Bonfim (2014) na microrregião do Piemonte da Diamantina (BA).

A capacidade organizacional reflete a competência para articulação das comunidades e na gestão de organizações tais como cooperativas, grupos de mulheres, organizações comunitárias, na busca por conquistas demandadas pelos membros das comunidades.

Observa-se, desde o retorno do período democrático no País, a emergência de diferentes organizações da sociedade civil, tais como ONGs, associações e cooperativas, ampliando a diversidade de formas de expressão em torno de novos

projetos de desenvolvimento. Essas organizações colocam-se, muitas vezes, na posição de mediação entre o Estado e as práticas organizativas da população, passando a fazer parte de estruturas de gestão e governança das políticas públicas (SILVA; DIAS; SILVA, 2014, p. 230).

Contudo, o que se percebeu pelos relatos da pesquisa de campo, através das análises e resultados das entrevistas realizadas junto às famílias agricultoras e aos agentes locais foi a ausência de atuação do sindicato, inexistência de participação nos conselhos e associações ainda frágeis e personalizadas na figura do presidente.

Do grupo entrevistado em Alvorada de Minas, 54% está filiado ao STR. Ele foi criado há menos de um ano e funciona precariamente, sequer auxiliando no processo de aposentadorias dos (as) agricultores (as). Sua formação se deu por iniciativa da prefeitura, situação singular, sendo que a diretoria desconhece a realidade rural do município, conforme dados de entrevista.

Estão filiados ao STR de Conceição do Mato Dentro 64% dos entrevistados. Apesar da presidência do sindicato indicar uma frente de trabalho mais ampla desenvolvida pela organização - orientação na produção e capacitação - os demais agentes de desenvolvimento restringiram a ação da organização somente no âmbito da aposentadoria e demais benefícios sociais, tais como licença maternidade, problemas de doença nas famílias (com suporte de transporte, agendamento), sem ações mais efetivas no campo do desenvolvimento rural. O STR do município atende aos (as) agricultores (as) com menos de 50 hectares de terra, ao passo que aqueles com terras superiores a esse tamanho são atendidos pelo Sindicato dos Produtores Rurais.

Dentre os (as) agricultores (as) entrevistados (as) em Dom Joaquim, 61% está filiado ao STR. Assim como nos demais municípios pesquisados, as ações do STR também se limitam ao apoio no acesso aos benefícios sociais garantidos pelo Estado (p. ex. as aposentadorias), contudo existe um quadro dirigente de fácil acesso e que vem se aproximando dos trabalhadores e entidades de apoio ao desenvolvimento rural presentes no município.

Ressalta-se a importância histórica dos sindicatos rurais nas lutas do campo. A adoção do termo “agricultura familiar” como matéria de políticas públicas percorre um período histórico de conflitos no meio rural, que mediaram o surgimento de organizações dos trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas, nos anos 1960, ou dos sindicatos de trabalhadores rurais, organizações responsáveis por evidenciar as carências dessa categoria social e exercer pressão frente ao Estado para o reconhecimento desse público (SILVA; DIAS; SILVA, 2014).

Os movimentos sociais criados a partir de 1955 pela União dos Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB) e as ligas camponesas em defesa dos pequenos agricultores e por preços mais adequados pelos arrendamentos de terras, foram perdendo força depois do golpe militar de 1964, reduzindo a pressão popular no campo. Em 1970, os sindicatos dos trabalhadores rurais se reduziram a ação assistencial através da oferta de serviços médicos e jurídicos, principalmente a assistência médico-odontológica e o encaminhamento de documentação para a aposentadoria rural, reduzindo as lutas por avanços sociais (COTRIN, 2009).

Na década de 1990 o sindicalismo rural assumiu um projeto alternativo de desenvolvimento rural, apoiado no fortalecimento e expansão da agricultura familiar,

modificando sua história de luta pela reforma agrária e pelos direitos trabalhistas (FAVARETO, 2006).

A situação dos STR's na região encontra-se semelhante a atuação durante o período militar, não fazendo seu papel de representação de classe e luta por direitos, mas como um braço operativo do Estado. Os sindicatos não acompanharam as modificações do STR no contexto nacional, estagnando-se em seu papel de assistência social, semelhante ao seu papel nos anos 70. Não houve apoio relacionado às questões produtivas, fortalecimento de novas organizações e de formação de novas lideranças.

A ausência de atuação do STR pode ter refletido no papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). O CMDRS é um órgão colegiado de caráter permanente, consultivo, fiscalizador e deliberativo, que pode ser constituído por representantes do Poder Público Municipal, Organizações Não Governamentais, Sindicatos, Conselhos Municipais afetos à área rural, Empresas de Assistência Técnica (pública ou privada), agricultores familiares e demais entes da sociedade civil.

Os Conselhos Municipais, em geral, visam a participação popular na gestão pública para que haja um melhor atendimento à população, e sua disseminação representa um aspecto positivo ao criar oportunidades para a participação da sociedade na gestão das políticas públicas. Abramovay (2001) ressalta que os conselhos municipais são inovações institucionais e que se estruturam de modo a incorporar representantes da sociedade civil e do Estado, inclusive aquelas categorias e grupos sociais que antes estavam excluídos do espaço público institucional e do debate com os representantes do Estado.

No meio rural, o CMDRS permitiu e potencializou o acesso dos agricultores familiares a discussões e decisões relativas ao desenvolvimento rural. O CMDR é um importante espaço para discussão de demandas dos agricultores familiares e de elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de uma comunidade ou município. Representantes dos agricultores familiares têm papel fundamental na elaboração e gestão das políticas públicas (MOURA, 2007).

O CMDRS é importante pela efetividade de ação e por funcionar como mecanismo de cobrança permanente do trabalho da prefeitura e das Secretarias de Agricultura, e tem servido como canal direto de manifestação de associações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e como mecanismo de legitimação e de captura de demandas, ou seja, como ferramentas de gestão do desenvolvimento rural.

A despeito de sua importância como um instrumento para conduzir os programas estaduais e federais e de espaço para expor as demandas mais específicas dos municípios, ele praticamente não funciona nos municípios pesquisados.

Em Conceição do Mato Dentro, o CMDRS é desconhecido pelos (as) agricultores (as), não existindo na prática. Dados de entrevista mostram que o conselho existe, mas não há presença dos (as) agricultores (as); as reuniões não tem tido *quorum*. Somente a representação da comunidade de Capitão Felizardo é mais efetiva. “Dentro do Conselho muito é falado, mas nada é concretizado. Precisam de apoio para sair da inércia” declara outro entrevistado.

A pouca participação por parte dos (as) agricultores (as) pode ser decorrência da dificuldade de transporte enfrentada pelos agricultores, haja vista a grande extensão do

município e as longas distâncias entre as comunidades rurais e a sede de Conceição do Mato Dentro.

É consequência, principalmente, da desigualdade da distribuição de poder dentro do conselho, pois os (as) agricultores (as) não possuem conhecimento técnico-burocrático e nem tem experiências com o uso da máquina administrativa do Estado (ABRAMOVAY, 2001). “A ‘politicagem’ não quer a participação”, afirma um entrevistado. Os elementos apontados por Barbosa (2004) que enfraquecem a organização social rural, podem ajudar a compreender o desabafo do entrevistado. Dentre eles, estão a ação política eleitoreira, de indivíduos mais interessados em si mesmos e a deslealdade de supostas lideranças.

Os estudos de Gohn (2011) apontam para a necessidade de formação dos membros do conselho, por exemplo, na elaboração e gestão de políticas públicas, de modo que a participação possibilite a todos os membros do conselho uma visão geral da política e da administração.

A seleção exclusiva dessa fala de um entrevistado é emblemática quanto à participação dos agricultores e agricultoras nas organizações e espaços de representação e decisão. Para uma participação efetiva, origina-se da vontade do poder público em contribuir na formação das lideranças e na transformação das realidades das comunidades e da atuação de lideranças representativas, a começar de demandas discutidas com as comunidades e com o poder público, para as conquistas e reconhecimento dos resultados. O descaso do poder público – “a politicagem”, as ações políticas eleitoreiras – enfraquecem a possibilidade de formação de lideranças. As “falsas” lideranças que porventura venham a surgir, contribuem para os processos individualizantes, levando às comunidades ao descrédito de qualquer tipo de participação efetiva.

O CMDRS também é desconhecido pelos (as) agricultores (as) de Dom Joaquim, sendo considerado, praticamente, como inexistente, caracterizado como algo forçado. Em Alvorada de Minas, O CMDRS encontra-se inativo. Com relação aos outros conselhos municipais (saúde, educação), também não há qualquer participação dos (as) agricultores (as).

A situação do CMDRS na região em estudo assemelha-se aos resultados de Santos e Milagres (2016) quanto à atuação do CMDRS em Arapoema (TO). As investigações no campo da atuação dos conselhos ainda são incipientes, haja vista que sua institucionalização é recente. Os conselhos têm se caracterizado por poucas reuniões, participação inexpressiva dos agricultores, desconhecimento sobre participação e gestão social.

A participação dos atores sociais na elaboração das políticas provoca um sentimento de identidade, desencadeando um processo de desenvolvimento de ideias e habilidades construídas pelo coletivo, fortalecendo a noção de pertencimento (FREITAS, 2011). Ou seja, o papel do CMDRS transpassa a atuação prática na luta pelas demandas rurais, mas abrange o fortalecimento de identidades e dos laços entre os membros das comunidades.

Embora ainda incipientes, as associações de agricultores familiares são os principais segmentos sociais ligados ao desenvolvimento rural. As associações rurais se configuram como um tipo de organização civil, constituída de produtores rurais e suas

famílias e visam dinamizar o processo produtivo rural desenvolvendo ações em benefício da comunidade por eles constituída.

Elas têm papel importante na superação de dificuldades e ganhos de benefícios a grupos de interesses comuns – os associados – construindo condições melhores através da união de interesses e ajuda mútua, ao contrário de movimentos isolados, individuais e pouco efetivos. As associações rurais atuais se organizam por meio de acordos entre agricultores, onde a participação se efetiva pela manutenção do interesse dos participantes ou por instrumentos jurídicos simples que formaliza a união, porém não modificando o sistema de produção da unidade familiar (COTRIN, 2009).

Para Cotrin (2009) o comprometimento mútuo presente nas associações reduz o grau de envolvimento individual e distribui responsabilidades com a totalidade das ações da unidade de produção. Sua consolidação pode possibilitar a aquisição e uso coletivos e solidários de equipamentos agrícolas bem como o intercâmbio de informações sobre produção e comercialização entre seus associados.

Contudo, a atuação das associações nos municípios deste estudo é considerada fraca, oscilando entre algumas associações mais atuantes e outras menos representativas, o que demonstra uma frágil capacidade organizativa das entidades presentes e operantes. Em termos percentuais, a participação dos agricultores em alguma associação é de 27% Alvorada de Minas, 58% em Conceição do Mato Dentro e 23% em Dom Joaquim.

É comum as associações serem criadas para captar recursos, não existindo uma forte característica de organização e mobilização social. As associações são personificadas na figura de seu presidente (Associação da *fulana*, Associação do *sicrano*) ainda se fortalecendo enquanto coletivo.

Destaca-se a sua atuação no acesso aos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em Alvorada de Minas, cerca de 20 famílias aderiram ao PNAE por meio da Associação dos moradores de Ribeirão de Trás, Lapinha e Fazenda da Ponte, com mediação entre os agricultores e o poder público local. A porcentagem de alimentos adquiridos da agricultura familiar pela prefeitura fica em torno de 45%, acima da demanda mínima de 30% estabelecida nas normas do programa.

No município de Dom Joaquim há a adesão de um grupo bastante restrito de agricultores familiares que suprem a demanda mínima de 30%. Este grupo é formado por 04 agricultores, que compõem um grupo consolidado. Não é feita divulgação nem incentivo para outros agricultores aderirem ao programa devido ao receio de que a entrada de novos produtores desarticule o grupo formado.

Em Conceição do Mato Dentro o programa sequer está sendo acessado, apesar de tentativas de reimplentá-lo há 02 ou 03 anos. Informações sobre a relação entre a ausência de participação no programa e a chegada da mineradora podem ser encontrada em Brito, Pereira e Silva (2016). Os esforços do poder público se voltaram para atender às demandas de implantação do empreendimento, abandonando as políticas públicas de desenvolvimento rural no município. Atualmente a alimentação escolar é adquirida totalmente por fornecedores da cidade, sem a participação dos agricultores, ou seja, a prefeitura compra de fornecedores locais, mas não da agricultura familiar.

O que se percebe é que os programas de compras governamentais ainda ficam muito aquém de suas possibilidades, principalmente pela inabilidade por parte do poder

público local e das instituições de assistência técnica e extensão rural de acionar estes programas e os implementarem efetivamente. O agricultor fica suscetível à assimetria de informação em relação a outros agentes, o que não é superado pelo vínculo às associações. Essas atuam no papel burocrático, mas ainda sem força de atuação na formação político-cidadã, dentro das práticas de coletividade, solidariedade e associativismo.

Barbosa (2004) alerta para o fato de que a organização condicionada à solução de um problema imediato – a participação no PNAE, por exemplo – sem o fortalecimento do sentimento coletivo, tem levado ao insucesso de muitas experiências de organização social – cooperativas, associações e sindicatos. As necessidades urgentes das populações rurais são elementos que favorecem o surgimento de uma organização social. A ausência de mobilização e conscientização coletivas pode enfraquecer ou paralisar as organizações, uma vez atendidas suas motivações iniciais e imediatas.

Em Silva, Dias e Silva (2014), a aproximação com mediadores sociais importantes como ONG's e Universidades, propiciaram a inserção de novas temáticas para os agricultores do município estudado, entre elas o associativismo e o cooperativismo. Pode-se refletir de que a formação técnico-política pode não vir de forma endógena, mas a contar com entidades apoiadoras, desde que não seja colocada de forma hierarquizada, mas em um diálogo de compreensão e conhecimento das realidades.

Em Dom Joaquim, a Associação Comunitária Rural Cachoeira, Xamba e Ribeirão (ASCAXAR) é exceção. Representando comunidades reconhecidas como quilombolas, essa associação se configura com forte representação local, tanto no acesso às políticas públicas quanto no fortalecimento de sua identidade e valorização de seus saberes (PEREIRA; PIMENTA; PEREIRA, 2017). A experiência da ASCAXAR enquanto organização mostra que, mesmo em regiões em vulnerabilidade, a articulação coletiva tem força de transformação. Vale lembrar que o processo de reconhecimento da comunidade teve o impulso do Instituto de Patrimônio Nacional de Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Junte-se o relato de Silva, Dias e Silva (2014) sobre o papel de instituições externas na formação associativa, podemos refletir sobre o papel das universidades, das organizações não-governamentais e do poder público na formação técnico-política das lideranças e no fortalecimento das comunidades e de suas organizações.

Em regiões impactadas por grandes empreendimentos, o papel das pastorais diocesanas tem contribuído no empoderamento das comunidades e na formação das lideranças. No relatório da CPT/Bonfim (2012), afirma-se que as Pastorais Sociais da Diocese de Bonfim acreditam que

[...] se as forças emancipatórias latentes no tecido social forem identificadas, difundidas e reforçadas, as massas empobrecidas, do campo e da cidade, poderão conquistar vitórias significativas, a partir da sua resistência organizada (CPT/Bonfim, 2012, p. 31).

Isso posto, se faz necessário mencionar a chegada da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais na região. A entidade se instalou em Conceição do Mato Dentro em junho/julho de 2015, a datar dos impactos da mineração e de ações do Ministério Público contra o empreendimento, para atuar junto às comunidades rurais através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) nos três municípios, na busca do desenvolvimento rural sustentável. Ressalta-se o papel histórico da Cáritas Brasileira na luta pela superação da pobreza.

No Brasil, na crise social das décadas de 1980 e 1990, chamadas de décadas perdidas, milhões de postos de trabalho deixaram de funcionar, acarretando desemprego em massa, e a economia solidária assumiu em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionárias. Ainda nos anos 1980, a entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, financiou milhares de pequenos projetos denominados Projetos Alternativos Comunitários – PACs, destinados a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres das grandes cidades. Uma boa parte dos PACs se transformou em unidades de economia solidária (FILHO; CUNHA, 2005, p. 97).

O projeto maior, no qual esta pesquisa está inserida, pretendeu construir um marco zero para a Cáritas que servisse para balizar a situação da agricultura familiar na região antes e depois da implantação dos PACs.

A experiência da Cáritas na implantação e gestão de projetos que visam a superação da pobreza e a busca pela dignidade, com bases nas formas colaborativas e solidárias de trabalho pode trazer novos ares na forma e atuação das organizações dos agricultores na região. Sua atuação primeira acontece através dos Fundos Solidários na linha da produção agroecológica, das agroindústrias, do fortalecimento cultural e da preservação ambiental. Imbricado a essa frente estão a formação político-cidadã nos moldes das práticas associativas e solidárias.

No momento desta pesquisa não foi possível avaliar as transformações ocorridas na região desde a chegada da Cáritas, haja vista que sua inserção e a coleta de dados aconteceram quase que simultaneamente. Passados dois anos de atuação da entidade e alguns projetos aprovados e/ou em andamento, novas pesquisas poderão verificar modificações ocorridas na região.

Atenta-se ainda para a atuação do MAM – Movimento dos Atingidos pela Mineração – desde a chegada da *Anglo American*, denunciando os ultrajes ocorridos na região e mobilizando as comunidades para a luta contra do empreendimento minerário e pela garantia de seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este foi um levantamento inicial, dada a abrangência e o tempo de trabalho, para caracterização de algumas demandas com a pretensão de subsidiar os programas de desenvolvimento que necessitam de diretrizes gerais. Os resultados deste levantamento são apenas referências iniciais para o poder público, os agentes de desenvolvimento, os movimentos sociais, as lideranças comunitárias e as famílias agricultoras e suas comunidades.

A pesquisa buscou uma investigação mais geral – conhecer nos três municípios em estudo a existência de organizações sociais e formas associativas e sua atuação. Pesquisas futuras poderão aprofundar na história dessas organizações na região, com resgate de seu papel em conquistas passadas, organizações que podem ter se extinguido e novas que surgiram após esse estudo e as transformações ocorridas a contar de sua extinção ou emergência.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que são espaços de inovação na gestão das políticas públicas para o desenvolvimento rural, estão esvaziados e sem representação. Os conselhos municipais são inovações institucionais e se estruturam de modo a incorporar representantes da sociedade civil e do Estado, inclusive aquelas categorias e grupos sociais que antes estavam excluídos do espaço público institucional e do debate com as autoridades públicas.

Uma das importantes características destes conselhos, no aspecto da democratização, é a necessidade de participação de agricultores familiares, não só formalmente, mas com igualdade de poder. O que se vê Brasil afora é a assimetria entre os participantes dos CMDRS's, privilegiando os representantes governamentais.

Algumas iniciativas poderiam ser consideradas na tentativa de melhorar a representatividade e a participação dos agricultores familiares nos CMDRS, tais como: (a) a introdução de um sistema de eleição – e não apenas indicação – nas comunidades rurais para a escolha dos representantes, o que estimularia uma maior representatividade, legitimidade, mobilização e distribuição geográfica equilibrada na escolha dos representantes das comunidades; (b) a instituição de uma quota mínima para as mulheres agricultoras; (c) a criação de um sistema de ajuda de custo para as despesas dos conselheiros.

Sugere-se investigações mais profundas quanto ao acesso e uso dos recursos do PRONAF pelas prefeituras dos municípios, haja vista que, da existência mesmo que “de fachada” do CMDR, o programa pode e deve ser acessado.

As associações de agricultores existem, porém são personalizadas e enfraquecidas. Muitas estão com problemas de documentação. Os presidentes das associações são vistos como “politiqueiros”, que têm interesses particulares.

O que se pode perceber é que a criação de associações apenas com o intuito de cumprir as formalizações e burocracias ao acesso de políticas/programas públicos e de crédito não são suficientes para a construção de projetos coletivos, permeada pela solidariedade e pela simetria de poder entre os envolvidos.

As associações rurais devem ser construídas por laços de parentesco, compadrio e vizinhança entre as famílias, que sirvam de base para atividades em conjunto. Daí a importância do apoio ao fortalecimento das ações de cunho social e participativo na região, para que as comunidades, alicerçadas nas suas identidades, criem caminhos próprios para superar situações adversas e assim, associar-se, mais do que em função de mera formalidade, tornando-se sinônimo de “juntar-se” em torno de algo comum e solidário.

Os sindicatos de trabalhadores rurais, que são organizações de representação, estão presentes na região, mas ainda de maneira fragilizada. Há, pois a necessidade de fortalecimento destas organizações para que possam contribuir para o desenvolvimento das famílias agricultoras da região, já que quanto mais fortes os sindicatos, maiores são os benefícios garantidos, construindo a organização dos agricultores.

A região de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim é conhecida pelas suas características naturais e pelo seu patrimônio histórico-cultural. Todo este potencial que poderia guiar os rumos do desenvolvimento local nas trilhas da sustentabilidade socioambiental, valorizando as formas tradicionais de ser, fazer e viver

de seu povo, manejando os recursos naturais de modo planejado, participativo e sobre bases sustentáveis, não foi capaz de impedir a chegada da atividade minerária como vetor do desenvolvimento na região. Houve uma sedução do poder público e agentes locais com a chegada da mineradora. Principalmente em Conceição do Mato Dentro, o aumento na arrecadação bem como no aumento do movimento do município em torno do empreendimento, provocou um abandono quanto às questões do rural e as políticas públicas voltadas a esse setor.

Atenta-se para o papel da universidade como mediador e formador nas práticas colaborativas e solidárias junto às comunidades, não limitando suas discussões nos espaços acadêmicos e fazendo cumprir o seu papel de ensino, pesquisa e extensão. Em tempos de desmantelamento do Estado, de perdas de direitos garantidos, de fragilização da nossa já frágil democracia, o fortalecimento das organizações sociais, seja no campo ou na cidade, parece ser a única saída para minimizar os desmanches que assolarão toda a sociedade brasileira.

A natureza desta pesquisa exige que se faça uma leitura mais próxima da vida cotidiana destas famílias. As verdades aqui construídas são apenas evidências relativas, e para superá-las é preciso adotar uma concepção mais participativa dos grupos que vierem a trabalhar mais diretamente, construindo espaços dialogicamente interativos, em que estejam estabelecidos compromissos de responsabilidade, tanto entre os membros dos grupos envolvidos quanto dos profissionais técnicos para com os grupos.

Agradecimentos

À Caritas Brasileira pelo apoio e pelo financiamento desta pesquisa.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.

BARBOSA, L. L. **Organização social rural**. 26^a Semana do Fazendeiro, Uruçuca – Bahia, 2004.

BELEZZE, Gabriela. **Comunidades rurais tradicionais atingidas pelo projeto de mineração Minas-Rio: Afinal, desenvolvimento para quem?**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) Universidade Federal de Itajubá, Itajubá. 2017.

BRITO, Tayrine Parreira; PEREIRA, Viviane Guimarães; SILVA, Jéssica. As questões implícitas do acesso da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): e o caso dos municípios atingidos pela mineração. In: VII ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2016, Natal-RN. **Anais...** Natal: Redes rurais, 2016.

COTRIN, Décio Souza. Organização social e Associativismo Rural. In.: Gehlen, Ivaldo; Mocelin, Daniel Gustavo (orgs.) **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 43-49.

CPT/Bonfim. **Mineração X Comunidades Camponesas**. Comissão Pastoral da Terra. Diocese de Bonfim, Senhor do Bonfim, Bahia, 2012.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, 2006.

FILHO, Alnary Nunes Rocha; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Economia solidária: alternativa de desenvolvimento, geração de trabalho, renda e resistência à exclusão social. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 9, n.1, p. 95-105, 2009.

FREITAS, Alan Ferreira. **Desenvolvimento territorial e inovações institucionais no Território Serra do Brigadeiro**. 2011. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 4^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. v. 1500. 128p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Acesso em 28 jul. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2006. Acesso em agosto de 2015.

KLOCK FILHO, Luiz Paulo; GODOY, Wilson Itamar; MARINI, Marcos Júnior. Análise das redes sociais do grupo agroecológico Herança Viva – Chapecó/SC. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 20, n. 2, p. 85-100, 2016.

MOURA, Joana Tereza Vaz. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) e a Construção Democrática: esfera pública de debate entre os agricultores familiares e o Estado? **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 2, p. 241-255, 2007.

PEREIRA, Samanta Borges; PIMENTA, Carlos Alberto; PEREIRA, Viviane Guimarães. Turismo como estratégia de (des) envolvimento rural em região atingida pela mineração. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)**. Taubaté, SP, v. 13, n. 2, p. 250-273, 2017.

PEREIRA, Viviane Guimarães; PIMENTA, Carlos Alberto; BELLEZE, Gabriela; SILVA, Geraldo Camilo; BATTISTON, Kalahan; PEREIRA, Samanta Borges; BRITO, Tayrine Parreira. **Levantamento das potencialidades da agricultura familiar e agroecológica das comunidades rurais atingidas pela mineração nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, MG**. Relatório de Pesquisa, Itajubá-MG. 180 p. Itajubá. 2016.

RIPPEL, Leomar; ALVES, Adilson Francelino; PLEIN, Clério. O cooperativismo de leite da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná: do processo organizacional à crise. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 22, n.1, p. 24-42, 2018.

SANDRI, Terezinha; SOUZA, Maria Antônia. A construção do processo democrático: atores e parcerias na Educação Rural. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 71-88, 2005.

SANTOS, Carlos Eduardo Matos; MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira. O acesso às políticas públicas e à formação do CMDRS de Arapoema-TO: reflexões e desafios. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.9, n.2, p. 51-63, 2016.

SILVA, Márcio Gomes; DIAS, Marcelo Miná; SILVA, Sandro Pereira. Relações e Estratégias de (Des)envolvimento Rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 229-248, 2014.

TOLEDO, Carla; AMADEO, Presno; NORA, Beatriz. Associações Comunitárias do Meio Rural: Um Estudo de Caso no Centro Oeste de Minas Gerais. **Mundo Agrário**, v. 15, n. 30, dezembro 2014.

*Submetido em 13/08/2018
Aprovado em 18/11/2018*

Sobre o(s) Autor(es):

Samanta Borges Pereira

Doutoranda em Administração, na linha Organizações, Gestão e Sociedade, pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2018). Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, na linha Desenvolvimento e Tecnologias, pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI, 2016). Foi bolsista de Mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). MBA pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI, 2012). Graduada em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV, 2005).
Email: samantaborges81@gmail.com

Carlos Alberto Máximo Pimenta

Professor Associado na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Possui graduação em Ciências Jurídicas pela UNITAU (1990), mestrado (1995) e doutorado (2001) em Ciências Sociais pela PUC/SP. Tem experiência nas áreas de Antropologia e Sociologia, com ênfase nos temas da realidade brasileira, violência, desenvolvimento local-regional e políticas culturais. Atualmente, dedica-se em pesquisas sobre saberes e fazeres populares, geração de renda, artesanato, artefatos nas diversas facetas entre o urbano e o rural, a partir de regiões em processo de desenvolvimento no Brasil.
Email: carlosalbertopimenta@gmail.com

Tayrine Parreira Brito

Gestora Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (2015) e Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (2018). Faz parte do Núcleo Travessia (Núcleo de Pesquisa, Extensão e Apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural).
Email: tayrinepb@gmail.com

Viviane Guimarães Pereira

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (1998), mestra em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2002) e doutora em Administração na linha de Desenvolvimento, Gestão Social e Ambiente pela Universidade Federal de Lavras (2012). Trabalhou como assessora técnica e política às organizações de trabalhadores rurais no sul e sudeste do Maranhão. No Vale do Jequitinhonha (MG) atuou como assessora aos atingidos por barragens e na articulação de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Email: vgpereira@yahoo.com.br

Gabriela Belleze

Mestra em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS) na Universidade Federal de Itajubá e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Núcleo Travessia) e coordenadora de Mediação Cultural do Festival Integrado de Cultura e Arte (FICA). Graduada em engenharia ambiental pela Universidade Federal de Itajubá. Pesquisa na linha de Desenvolvimento e Sociedade, na temática da mineração, agricultura familiar e conflitos socioambientais.

Email: g.belleze@gmail.com